

Edição #04
Setembro 2023

BOLETIM

Observatório
Manejo Florestal
Comunitário
e Familiar



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR



O Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar articula 54 organizações da sociedade civil, institutos de ensino, pesquisa e comunidades, com a missão de promover o manejo florestal como uma estratégia relevante, consistente e viável para a sustentabilidade da região amazônica.

Nesse sentido, busca contribuir para a valorização e garantia dos direitos e dos modos de vida de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia, além da construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo para a região.



Expediente

Boletim nº 04/2023

SECRETARIA EXECUTIVA
Instituto Internacional
de Educação do Brasil (IEB)

COORDENAÇÃO
Alison Castilho (IEB)

TEXTOS
Catarina Barbosa (IEB)

EDIÇÃO
Catarina Barbosa (IEB)

PRODUÇÃO GRÁFICA E
DIAGRAMAÇÃO
Raffael Regis

IMAGENS
Arquivos IEB e IFT

SPOT DE DIVULGAÇÃO
Raphael Castro (IEB)

Editorial

Nesta edição do boletim trazemos atualizações acerca do Programa Federal do Manejo Florestal e Comunitário. Consideramos o diálogo com instituições parceiras fundamental para avançarmos na consolidação dessa política pública, sobretudo, em um momento de resgate da democracia, depois de tantos retrocessos no setor ambiental deixados pelo governo anterior.

O Programa Federal do Manejo Florestal e Comunitário é importante por diversos motivos, dentre eles, atacar diretamente o problema do desmatamento e da violência contra as populações tradicionais, quilombolas e indígenas, além de ser a solução viável para a preservação da floresta e da geração de emprego e renda para quem vive na Amazônia,

e foi uma das políticas públicas, dentre tantas, que foram revogadas no último período.

O Observatório do Manejo Florestal e Comunitário entende esse diálogo como uma retomada importante entre o governo e a sociedade civil em prol da formulação de políticas públicas que fortaleçam a atividade. Atualmente, somos 54 organizações, das quais 34 são organizações comunitárias, tais como associações, cooperativas ou mesmo organizações representativas de movimentos sociais. Logo, esse debate é extremamente caro para todos nós.

A edição destaca ainda o protagonismo das mulheres extrativistas, elas que reinam no manejo florestal não-madeireiro agora avançam cada vez mais por espaços no manejo da madeira. Atualmente, é notório que

as mulheres desempenham um papel importante na gestão de empreendimentos comunitários, administração, distribuição de tarefas, organização documental e registro de informações, sobretudo, em um momento de maior pressão do mercado internacional por entregas mais transparentes acerca da rastreabilidade.

Esse debate acerca da equidade de gênero no manejo se faz necessário, porque dados da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que atualmente as mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, entretanto, o número de mulheres proprietárias de áreas de plantação não chega a 20%. É preciso, portanto, equilibrar a balança.

Por fim, trazemos um panorama das Unidades de Conservação e de

como a qualificação técnica impacta nos resultados da execução dos planos de manejo. Na Resex Arióca Pruanã, por exemplo, a colheita de madeira de 2023 superou em muito os anos anteriores. Em apenas um dia e meio, a produção de madeira excedeu a safra completa de 2021, totalizando mais de 700 metros cúbicos. Em comparação, o primeiro ano de operação rendeu menos de 700 metros cúbicos em toda a safra. Consideramos esse resultado uma vitória importante do Observatório que tanto investe para que as comunidades conquistem a sua autonomia financeira por meio dos produtores florestais sustentáveis.

Alison Castilho - IEB

Secretário Executivo
do Observatório do MFCF



#Futuro

A importância do Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia

Por Catarina Barbosa | IEB

Importante instrumento no combate ao desmatamento, a manutenção e investimento em Unidades de Conservação são fundamentais para a Amazônia e sua população.

As unidades de conservação desempenham um papel crucial na preservação e proteção do meio ambiente e da biodiversidade. Essas áreas são estrategicamente designadas e administradas com o objetivo de garantir a manutenção dos ecossistemas naturais, a diversidade biológica e a qualidade dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

O papel das unidades vai além da mera delimitação territorial, abrangendo benefícios que vão desde o combate ao desmatamento até a geração de emprego e renda para as famílias que vivem na e da floresta.

Até dezembro de 2018, a Amazônia Legal contava com um total de 339 Unidades de Conservação (UCs), abrangendo uma área de 1.286.927 km². Esse volume correspondia a 25,7% da região, segundo dados

do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Dentre essas unidades, 220 eram classificadas como de Uso Sustentável, ou seja, com o objetivo de conciliar a conservação da natureza com a utilização sustentável dos recursos naturais para a geração de renda, permitindo a coexistência humana em áreas protegidas.

As unidades que pertencem à categoria de Proteção Integral, no entanto, totalizavam 119. Nessas áreas, o objetivo é preservar os ecossistemas de quaisquer alterações causadas por intervenções humanas, permitindo apenas usos indiretos de seus atributos naturais.

Dessa forma, estudar e refletir sobre a importância e a manutenção

das Unidades de Conservação existentes é fundamental para desenvolver políticas e pensar em novas estratégias para fortalecê-las.

Em 2019, pesquisadores do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e do Instituto Federal do Pará (IFPA), ambas organizações membros do Observatório do manejo florestal e comunitário publicaram o artigo “Manejo Florestal Sustentável em Áreas Protegidas de Uso Comunitário na Amazônia”. O documento faz um levantamento sobre como povos e comunidades historicamente utilizam os recursos naturais de modo sustentável, com técnicas de baixo impacto, conhecimento da biodiversidade e mão de obra familiar.

O artigo, assim como outras iniciativas que abordam as Unidades de Conservação, são fundamentais, especialmente em um momento em que a exploração excessiva dos recursos naturais se torna um problema global diante dos avanços da crise climática.

Dados recentes do MapBiomas, por exemplo, revelam que 17% da floresta amazônica já perdeu sua cobertura vegetal.

“Ao longo dos anos, temos atuado – como organização não governamental – em ações de articulação, formação e assessoria técnica junto às organizações comunitárias detentoras de planos de manejos florestais sustentáveis, pois acreditamos que elas geram resultados sólidos e de longo prazo na manutenção e conservação dos territórios de florestas comunitárias na Amazônia”

*Manuel Amaral,
coordenador geral do IEB*

Nesse sentido, as Unidades de Conservação representam um recurso poderoso para combater essa situação.

Atualmente, tanto em nível federal quanto estadual, a maioria das UCs é categorizada como de Uso Sustentável (63,5%). Os pesquisadores ressaltam no artigo publicado que debater e propor iniciativas para o manejo são urgentes. “Esse dado é simbólico e, ao mesmo tempo, nos estimula a avançar nesse debate”, afirma Katiuscia Miranda, membro da coordenação do Programa Territorialidades do IEB e uma das autoras do artigo.

As Reservas Extrativistas (Resex)

Uma modalidade importante dentre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável são as Reservas Extrativistas (Resex). Criadas em 1987, as reservas extrativistas marcam a criação de uma categoria relevante para a preservação da sociobiodiversidade, que busca consorciar o uso sustentável dos recursos naturais, geração de renda e justiça social para as famílias que residem nesses territórios.

Sua criação ocorreu com base na Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, sendo regulamentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No entanto, somente em 1990, por meio do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro, esses territórios foram oficialmente reconhecidos, e somente no ano 2000 as reservas extrativistas foram incorporadas como UCs no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

“As Resex atualmente representam outro ponto de atenção para quem atua no campo da sustentabilidade socioambiental. Elas, sem dúvida, são uma estratégia importante para avançarmos na autonomia e protagonismo das pessoas que vivem na e da floresta”, reforça Katiuscia Miranda.

Contudo, os desafios são muitos. Uma análise recente sobre a gestão das UCs identificou os principais desafios para a conservação da biodiversidade no Brasil, incluindo a administração eficaz, a integração da sociedade na gestão participativa e a promoção do manejo sustentável das UCs.

Os caminhos do plano de manejo da madeira

As UCs de uso sustentável permitem a extração de madeira por meio do manejo florestal sustentável, conforme estabelecido na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável. A lei prevê três modelos: a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais com gestão direta; a destinação de florestas públicas às comunidades locais; e a concessão florestal para manejo em áreas naturais ou plantadas.

Independentemente do modelo adotado, a implementação do manejo florestal sustentável deve seguir o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), regulamentado pela Instrução Normativa nº 16, de 4 de agosto de 2011. Práticas como a Exploração de Impacto Reduzido (EIR) são imprescindíveis para minimizar os danos ambientais e otimizar os benefícios econômicos.

Na tabela abaixo é possível observar o quantitativo de comunidades envolvidas na atividade de manejo da madeira. Atualmente, os números apresentam o volume comercializado de madeira “in natura”, contudo o anseio das comunidades é evoluir e trabalhar efetivamente com outros elos da cadeia produtiva da madeira, processando e comercializando produtos bene-

ficiados nas comunidades. reforça Maria Creusa Ribeiro, liderança da Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz/PA.

No entanto, apesar do significativo potencial nas UCs de uso sustentável para a produção florestal comunitária, esse potencial ainda não é plenamente explorado. Atualmente, apenas 6% das áreas de UCs de uso sustentável estão envolvidas em iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF), e o volume de madeira produzido nessas áreas é inferior ao potencial total.

“É essencial promover políticas e práticas que permitam a maximização dos benefícios econômicos e sociais, ao mesmo tempo que garantem a conservação das ricas florestas da Amazônia”, pontua Maria Creusa Ribeiro, liderança da Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz/PA.

Dessa forma, com base no investimento em ciência, tecnologia e políticas públicas é possível trilhar um caminho sólido para o manejo florestal comunitário e familiar da madeira, uma vez que a atividade tem potencial e mercado diante do valor comercial desse recurso e ainda que o caminho seja longo e as iniciativas escassas é fundamental pensar nesse setor, inclusive, como um aliado do combate ao desmatamento, sobretudo, no combate ao mercado de madeira ilegal. 🌿

Nome da UC	Instituição Detentora	Volume Autorizado (m³) 2023	Volume Autorizado (m³) 2022	Volume Autorizado (m³) 2021	Área Total do PMFS Comunitário (ha)
Flona Purus	Cooperativa Agroextrativista Mista do Mapiá e Médio Purus - Cooperar		541,478	541,4780	1.000,0000
Flona Tapajós	Cooperativa Mista da Flona Tapajós - Coonflona		64.429,67	67.166,4506	32.586,5600
Resex Arióca Pruanã	Associação dos Moradores de Resex Arióca Pruanã - Amoreap		15.624,69		82.933,5500
Resex Chico Mendes	Associação dos Moradores da Reserva extrativista Chico Mendes em Xapuri - Amoprex				31.208,5087
Resex Ituxi	Associação dos produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi - Apadrít				19.195,7570
Resex Mapuá	Cooperativa Agroextrativista dos Rios Mapuá e Aramã - Coama	1284,0808			17.452,4200
Resex Tapajós-Arapiuns	Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú - Cooprunã	2699,5143			1.403,5300
Resex Verde para Sempre	Cooperativa Mista Agroextrativista Nassa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum - Coomnspra		3.894,99	15.546,5222	4.233,4400
	Associação Comunitária Deus Proverá		6.822,64	17.781,9871	21.259,2500
	Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Médio Rio Jaurucu - Coopamj (Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da comunidade Itapeua)		3.002,63	8.344,6121	2.420,2500
	Associação de Desenvolvimento Agroextrativista do Baixo Acari - Adaba		3.872,45	9.249,1498	4.186,8200
	Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminim				5.813,6300
	Associação Comunitária São Benedito do Ynumbi		9.481,54	9.544,6230	6.921,1165
	Associação Comunitária Deus Proverá		28.831,88	31.884,4466	25.287,3800
	Associação da Comunidade Belém de Porto de Moz - Acbem		27.966,02	23.458,1457	12.289,2200
	Associação de Desenvolvimento Sustentável Extrativista dos Criados Agricultores e Pícultores, Pequenos Madeiros da Comunidade Ipanela - ADCSIP			47.400,2050	26.467,7163
	Associação dos Pescadores Agricultores e Criadores Extrativistas do Rio Aruru			10.281,5723	3.791,1270
	Associação Comunitária do Juçara			14.604,79	8.682,8486
	Associação dos Moradores do Jipuru			20.773,65	12.673,1746
	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Trabalhadores Rurais do Rio Aruruzinho - ATRA			3.894,99	16.482,2956
“Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Médio Rio Jaurucu - Coopamj (Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da comunidade Itapeua)”				640,0044	2.017,9828
Resex Médio Juruá	Associação dos Produtores Rurais Carauari/AM				89.705,8800
Resex Renascer	Associação das Comunidades da Resex Renascer (Associação GUATAMURU)				4.233,4400
Total		3.983,60	199.846,44	258.321,4924	458.126,5457

#Ciência

Formação é base para aprimoramento da atividade do Manejo Florestal e Comunitário na Amazônia

Por Catarina Barbosa | IEB

Curso de gestão e plano de negócios são avaliados pelo Coordenador do grupo de manejadores da COOMAP como um dos fatores que influenciaram os bons resultados da extração madeireira deste ano.

“Os resultados deste ano, sem dúvida, são melhores do que os de 2021 e 2022”. A avaliação é de Samuel Oliveira, Coordenador do grupo de manejadores da Cooperativa Mista Agroextrativista da Resex Arióca Pruanã (COOMAP) e diz respeito à safra do manejo da madeira na reserva. Ele acredita que junto com o intenso verão amazônico de 2023, os cursos de aprimoramento realizados nos últimos anos estão se refletindo de forma transparente nos bons resultados deste ano.

“Esse ano, puxamos em um dia e meio o que puxamos a safra toda de 2021. Foram mais de 700 metros cúbicos de madeira, enquanto que no primeiro ano não foram nem 700 metros cúbicos em toda a safra”, lembra.

Samuel Oliveira explica que a madeira extraída por meio do manejo florestal comunitário e familiar caminha para se tornar a principal forma de renda das famílias da reserva, atualmente a principal atividade de sustento é o manejo do açaí e da farinha.



Na imagem, uma turma do curso de gestão na Resex Verde Para Sempre em Porto de Moz, no Pará.

Na Resex Arióca Pruanã o manejo florestal e comunitário é de uso múltiplo, ou seja, mais de um produto manejado. Do total de aproximadamente 830 famílias, cerca de 129 atuam no manejo madeireiro.

“Estamos em nosso terceiro ano de manejo sustentável da madeira. O primeiro ano foi o mais difícil, porque na época choveu muito e não conseguimos fazer o transporte. Lembro que nesse processo perdemos 10% da extração. No fim, foi só prejuízo”, recorda.

Com o apoio de instituições ligadas ao Observatório do Manejo Florestal e Comunitário (OFMC), os extrativistas da comunidade, assim como de outras reservas, realizaram diversos cursos de qualificação, dentre eles cursos de gestão e plano de negócios. “Esse aprendizado sem dúvida nenhuma fez diferença. Após o plano, sempre fazemos uma avaliação de todo o processo, assim vamos aprendendo formas mais eficientes para trabalhar”, afirma.

“Corrigimos muitos erros da primeira e da segunda extração e nessa podemos perceber o quanto avançamos. Lembro que no segundo ano o tempo estava melhor: o verão colaborou, mas também não foi fácil, porque o consumo foi alto, o combustível também e tivemos que refazer tudo como reabrir estradas, por exemplo. De 6.300 metros cúbicos que foram liberados para extração só conseguimos extrair só 4.091 m³. O restante deu erro, porque erramos no inventário”

*Samuel Oliveira,
oordenador do grupo de mane-
jadores da Cooperativa Mista
Agroextrativista da Resex Arióca
Pruanã (COOMAP)*

Vencendo os desafios logísticos

Além da qualificação, Samuel afirma que diagnosticar os desafios do território e saber administrá-los também ajudou a melhorar a dinâmica de trabalho. Segundo ele, a terra onde a reserva está localizada é uma área baixa com terreno irregular. “Ela tem covas de cana que chamamos de ‘pula-pula’, então o trator precisa nivelar o terreno para poder fazer a estrada e puxar a madeira. No início, esse era um grande problema, porque são poucos os lugares nivelados, agora que já sabemos disso, podemos lidar com esse desafio de forma direcionada”, pontua.

A adversidade do terreno foi uma das muitas coisas que foram repensadas ao longo dos últimos três anos. O processo pré-exploratório, ou seja, de planejamento foi outro ponto de atenção listado pelo extrativista que foi melhorado nos últimos anos, nesse processo, o teste do oco foi um dos aprimoramentos. Samuel lembra que no primeiro ano, eles não fizeram o teste (para checar se a árvore está oca) na fase

do inventário e quando chegou na hora da derrubada eles ficaram impossibilitados de realizar alguns cortes, porque árvores ocas não podem ser colhidas. “Na segunda extração, a gente aprendeu mais coisas e não tivemos esse tipo de erro de inventário. Agora estamos melhor ainda”.

As melhorias conseqüentemente se refletem na parte financeira. “Esse ano, o nosso resultado é 20% superior ao do ano passado. Em 2022 vendemos o metro cúbico da madeira a 290 reais, esse ano conseguimos a 350 reais”.

Para dinamizar o preço, a técnica usada pelos extrativistas foi a de unificar o preço do lote. “Decidimos vender uma madeira pela outra. Aqui na reserva temos muitas madeiras de valor mais baixo. Nós até temos Cumaru, Angelim, Massaranduba, que são as preferidas, mas elas não representam nem 20% do total da nossa madeira. A maior parte é da espécie das Quaruba, que têm um preço mais baixo no mercado. Por isso resolvemos vender o lote e acredito que acertamos na decisão”, resume.



A renda para as comunidades

A estimativa de lucro bruto este ano é de 5 milhões e 200 mil reais, estima Samuel. No entanto, ele explica que quem trabalha com a madeira sabe que esse valor não é diretamente rateado entre a comunidade, uma vez que é preciso levar em conta as perdas, ou seja, as árvores que já morreram e não podem ser colhidas.

A distribuição, então, é feita de forma única, uma vez que é um só plano para toda a comunidade. Atualmente, a detentora do plano de manejo é a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Arioca Pruanã (AMOREAP).

Atualmente, o grupo interno dos manejadores tem aprovado em assembleia a seguinte divisão financeira do valor total são retirados os custos operacionais, custo de aluguel de maquinário, combustível, entre outros, o que sobrar é dividido em porcentagem: 40% é destinado para investir na safra subsequente, 35% é o fundo comunitário destinado a todos os membros da reserva extrativista e 25% é o fundo manejador, que é específico para os que trabalharam diretamente na colheita da madeira.

“Esses 35% da comunidade, que

“Mais para a frente a gente pensa em passar os planos de manejo para a cooperativa, porque acreditamos que a vocação da associação não é de gerir negócios financeiro, mas sim a parte social, mas ainda estamos estruturando isso”

abarcam toda a reserva, é aprovado em um conselho. Ele já foi previamente aprovado em uma assembleia, mas agora precisa ser aprovado no conselho deliberativo para ter validade, porque às vezes ele sofre alguma alteração durante a deliberação”.

A safra deste ano na Resex Arióca Pruanã terá duração de 60 dias, sendo que a safra iniciou em 8 de agosto.🍁



#Resistência

Mulheres e seu papel fundamental nas atividades do Manejo Florestal

Por Catarina Barbosa | IEB

Protagonistas no manejo de óleos, resinas e frutos, as extrativistas avançam e agora ocupam também espaço no manejo madeireiro.

Elas estão presentes em todas as atividades e no manejo florestal comunitário e familiar sempre estiveram à frente na coleta da castanha, no tecer do cipó-titica e na coleta e cultivo de plantas medicinais. Quanto a isso, não há dúvida: elas são protagonistas. Agora as mulheres avançam também para conquistar mais espaço no manejo madeireiro.

Na década de 80, quando se começa a falar do manejo florestal e comunitário, a madeira se torna o principal produto do setor e nele a presença dos homens ainda é muito forte por conta da especificidade da atividade, o que acaba por segregar as mulheres na atividade.

Para a engenheira florestal Roberta Coelho, docente do Instituto Federal do Pará (IFPA) campus

Castanhal, isso tem explicação. “O manejo da madeira envolve a extração e o traçamento das toras, o que para alguns é uma atividade mais facilmente realizada por homens, mas isso nitidamente tem mudado com o passar dos anos”, explica.

Segundo Roberta, a presença da mulher aumentou inclusive em sala de aula. “Quando iniciei no IFPA-Castanhal, então Escola Agrotécnica, em 2006, a turma de técnico em florestas só tinha duas mulheres. Em 2019 e 2020 as mulheres eram cerca de 50% da turma, afirma. O fato, inclusive, já pode ser sentido no mercado de trabalho. “Algumas empresas, inclusive, preferem mulheres para cargos técnicos. Esse é um sinal de que a qualificação finalmente está sendo colocada à frente da questão de gênero, como deve ser”.

Mulher & Gestão

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que atualmente as mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento. No entanto, o número de mulheres proprietárias de áreas de plantação não chega a 20%.

Waldileia Rendeiro, coordenadora da linha de ação Gênero e Sustentabilidade do Programa Territorialidades do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), afirma que no Brasil as mulheres são proprietárias de apenas 19% dos estabelecimentos rurais, segundo o último dado produzido no setor, o Censo agropecuário de 2017. “As mulheres vivem efeitos diversos das desigualdades na vida social, o que influencia, por exemplo, no número reduzido de representações femininas nos espaços públicos e de tomadas de decisão no mundo do trabalho agroextrativista, isso sem dúvida impacta no interesse produtivo e na garantia de suas demandas e necessidades”.

De acordo com Ana Carolina Vieira, associada da Rede Mulher Florestal, essas estatísticas evidenciam que as mulheres representam um dos grupos sociais

menos favorecidos no mundo, exigindo medidas para mudar essa realidade. Ela destaca a importância e a necessidade da participação das mulheres nas agendas de desenvolvimento dos territórios, nos trabalhos e no extrativismo. Dessa forma, as demandas específicas dessas mulheres podem ser consideradas, o que desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento sustentável e conservação da sociobiodiversidade.

Segundo Ana Carolina Vieira, as mulheres têm contribuído de maneira significativa para atender às exigências do mercado. “O mercado, especialmente o internacional, está se tornando mais rigoroso em relação à rastreabilidade, e as mulheres têm se destacado ao indicar a origem do produto, assim como ao participar da organização do processo produtivo documentado”, ressalta.

Conforme informações da Rede Mulher Florestal, as mulheres desempenham um papel importante na gestão de empreendimentos comunitários, administração, distribuição de tarefas, organização documental e registro de informações. “Nossa avaliação atual é de que, na agenda do Manejo Florestal Comunitário e Familiar, temos diversas cadeias produtivas, e as mulheres têm a capacidade de atuar



em qualquer etapa do manejo florestal e em qualquer segmento da cadeia de valor.”

Por fim, é importante debater as relações econômicas para além do valor monetário da cadeia produtiva. “Precisamos visibilizar técnica e politicamente a produção não monetária protagonizada pelas mulheres rurais, tais como relações de consumo, doação, trocas, cuidar e bem viver, ao propor e discutir novos modelos de políticas públicas, afirma Katiuscia Miranda, membro da coordenação do Programa Territorialidades do IEB.

Manejo não-madeireiro

Entretanto, quando o assunto é o manejo não-madeireiro como o dos óleos, sementes, resinas, frutos e plantas medicinais, as mulheres reinam. “Esse tipo de manejo é historicamente feito pelas mulheres, então elas dominam a atividade. Nosso desafio agora é lutar para que elas fixem espaço no manejo da madeira. É um processo de desconstrução que ainda está em passos lentos, mas está ocorrendo”, reforça.

Na avaliação de Maria Creusa Ribeiro, presidente da Cooperativa mista agro-

xtrativista floresta sempre viva três rios (COOMAR), o papel da mulher na atividade começa com a própria percepção do que é manejo. “Quando constituímos a ideia do manejo em meados da década de 80, o papel da mulher já era reivindicado, mas era pouco reconhecido”, resume.

Desde essa época, Maria Creusa conta que todas as conquistas foram fruto de muita luta. “Até hoje ficamos atentos para saber se as mulheres estão nas atividades que gostariam de estar, porque é comum dizerem que a mulher está no manejo da madeira, mas só oferecem a ela a atividade da cozinha, por exemplo. É preciso que todos entendam que o lugar da mulher é onde ela quiser”, afirma.

Maria Creusa pontua, inclusive, que há expectativas de que nas próximas safras da madeira mulheres já possam estar operando máquinas e acrescenta ainda que ter uma mulher à frente de um cargo de gestão faz muita diferença. “Quando uma mulher está em um cargo de comando é nítida a eficiência do trabalho. Sem contar a organização, a facilidade de diálogo e a coleta de dados que é muito mais efetiva”, lista.

Outro ponto destacado por ela é com

relação ao olhar relacionado à floresta. “As mulheres são defensoras da floresta como uso múltiplo, uma visão que olha a floresta para além da madeira, que vê possibilidade no cipó, na castanha, na resina. Um olhar forte e de respeito”, pontua.

Para Katiuscia Miranda, coordenadora do Programa Territorialidades do IEB é fundamental que as organizações e entidades de apoio criem ferramentas para incorporar todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres. “Esse processo é parte do trabalho fundamental para sustentabilidade da vida, tais como fomento para quintais agroflorestais aliados a cozinhas coletivas agroextrativistas que visibilizam e fortalecem a atuação das mulheres no manejo florestal”, afirma.

Uma mãe gentil

A extrativista Maria Margarida da Silva, mais conhecida como Margarida Florestal, compartilha desse pensamento. Segundo ela, a floresta é mais do que um espaço de extração de recursos. “Ela é a nossa mãe gentil. É da floresta que nós tiramos o nosso sustento, do madeireiro e do não-madeireiro”, resume.

Gestora da Cooperativa Mista do Rio Arimum, em Porto de Moz (Pará). Maria Margarida da Silva tem uma atuação reconhecida internacionalmente por sua vida comunitária e gestão sustentável das florestas.

Nascida em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum, em uma comunidade onde vivem quase três mil famílias, Margarida é uma das defensoras do manejo. Em 2018, ela recebeu o prêmio Wangari Maathai Forest Champions dedicado a pessoas que trabalham para conservar as florestas e melhorar a vida das pessoas que dependem delas”.

“A floresta vai além da madeira. É dela que tiramos a madeira para fazer a nossa casa, o nosso transporte, que é o nosso barco. É na floresta que a gente vai quando está doente, porque ela é nossa farmácia”, afirma a extrativista.

Para a extrativista, a floresta é aquela que permite a todos respirar e viver. “Para nós extrativistas ela também sacia a nossa fome nos dando peixe e nos dá água para beber e tomar banho. A nossa relação com a floresta é assim: a floresta cuida da gente e a gente dela”, finaliza. 🌿



Organizações e Governo Federal debatem a retomada do Programa de Manejo Florestal no Brasil

Por Catarina Barbosa | IEB

Instituído em 2009, os debates acerca da política pública são retomados com o apoio de diversas organizações interessadas em fomentar a sua implantação.

#Coletivo

Diversas organizações envolvidas no apoio ao Manejo Florestal Comunitário se reuniram em junho deste ano para discutir os rumos do programa federal no país. Uma na região Norte e outra na região nordeste. As discussões, realizadas virtualmente, abrangeram desde um histórico da iniciativa até experiências atuais, ressaltando os desafios que precisam ser superados para consolidar a atividade.

Carlos Eduardo Santos, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), lembrou que o diálogo entre as entidades é fundamental e reforçou que nos últimos anos houve um retrocesso no setor. “Estamos, praticamente, construindo tudo do zero. Há situações, inclusive, que estão sendo acompanhadas pelo Ministério Público Federal devido às particularidades apresentadas, apesar dos desafios estamos empenhados e comprometidos com a agenda do manejo, uma prova são as diversas iniciativas que estão sendo retomadas, tanto com a articulação de apoios para projetos, como com a retomada de desenvolvimento para planos de manejo já existentes”.

“Esta agenda marca uma retomada importante do diálogo entre o governo e a sociedade civil em prol da formulação de políticas públicas que fortaleçam o manejo florestal comunitário como alternativa viável para a preservação da floresta e da geração de renda e justiça social”

*Alison Castilho,
secretário executivo do Observatório
do Manejo Florestal e Comunitário*

Alison Castilho, secretário executivo do Observatório do Manejo Florestal e Comunitário, defendeu que a atividade é a principal forma de enfrentar o problema

do desmatamento e da violência contra as populações tradicionais, quilombolas e indígenas, além de ser a solução para a preservação da floresta e da geração de emprego e renda para quem vive na Amazônia.

A reunião da região Norte contou com representantes do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Coletivo de Mulheres Ribeirinhas do Marajó, Serviço Florestal de Santarém, Imaflora e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); já a da região nordeste trouxe organizações não governamentais como a Associação Plantas do Nordeste e a Embrapa Rondônia.

A retomada

Sandra Regina Afonso, Coordenadora-Geral de Bioeconomia Florestal do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lembra que o Programa Federal de Manejo Florestal e Comunitário e Familiar foi instituído

em 2009, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. “Para a implementação do Programa, o SFB foi estabelecido como Secretaria Executiva e um Grupo de Trabalho foi criado de forma a abranger as diversas instituições de governo e a sociedade civil. Esse Programa foi revogado em 2021”, lembra.

Com a retomada, a coordenadora explica que o objetivo atualmente é organizar ações de gestão e fomento ao manejo sustentável em florestas utilizadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais. Para isso, o Ministério do Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem focado em ações de fomento aos povos e comunidades tradicionais (PCTs) e iniciou um diálogo com diversas Secretarias do MMA, ICMBio e representantes da sociedade civil, incluindo o Observatório do Manejo Florestal Comunitário.

“Nosso objetivo é discutir as possibilidades de retomada de ações governamentais relacionadas ao manejo florestal comunitário e familiar. O manejo florestal, em

áreas de gestão por povos e comunidades tradicionais, é chave para a implementação de uma bioeconomia inclusiva, e contribui para a conservação das florestas e para a geração de renda para as comunidades que as utilizam”, afirma.

Avanço em estudos e análises

Outro ponto a ser estabelecido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) serão informações, estudos e análises para que políticas, programas e normativas sejam estabelecidos ou adequados à atividade do manejo florestal. “Processo semelhante é realizado atualmente nas políticas de acesso à crédito, assistência técnica e acesso a mercados para produtos da bioeconomia (incluindo madeira e produtos florestais não madeireiros)”, esclarece.

Além disso, o SFB também fornecerá assistência técnica e capacitação para o manejo florestal, processamento e comercialização (plano de negócios, acesso a mercados) dos produtos florestais (madeireiros e não madeireiros), gestão e organização dos empreendimentos comunitários (instituição de cooperativa, acesso à crédito ou fomento,

contabilidade); e formação de parcerias comerciais justas.

A coordenadora enfatiza que a necessidade de se adotar a política, no âmbito do governo federal, se dá em função da importância das ações coordenadas para fomentar o manejo florestal comunitário e familiar. “Essas poderiam se consolidar em um programa federal, possivelmente como parte de um plano nacional de sociobioeconomia”, sinaliza.

Os desafios

“Informações sobre práticas e modelos de manejo florestal e comunitário e familiar não estão consolidadas, a exemplo do potencial de produção madeireira e de produtos florestais não madeireiros. As comunidades ainda necessitam de fortalecimento técnico e gerencial para a realização do manejo florestal de forma sustentável e justa”, afirma a coordenadora-geral de bioeconomia florestal do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Sandra Afonso.

Com esse diagnóstico, a coordenadora-geral de bioeconomia florestal do Serviço

Florestal Brasileiro afirma que os desafios são muitos, no entanto, é possível constatar que o número de planos de manejo florestal sustentável comunitários, em execução, cresceu muito nos últimos anos. “Entretanto, é preciso compreender quais são os melhores modelos quando visamos o desenvolvimento de uma bioeconomia inclusiva”, alega.

“Há ainda a necessidade de consolidação de um sistema de apoio às comunidades que ofereçam assistência técnica especializada, assessoria em organização e gestão de conflitos e negócios. Adicionalmente, existem desafios de acesso a mercados com agregação de valor e a busca por parcerias justas entre setores”.

Ela afirma que o SFB acredita que é preciso desenhar em parceria com outras organizações, o conceito de “Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2.0” que leve em conta os aprendizados acumulados ao longo dos últimos anos nas práticas de manejo florestal, comunitário

e familiar. “Nesse ponto acreditamos que o Observatório do Manejo Florestal e Comunitário é importante para nos ajudar a compreender tanto o cenário atual da atividade na Amazônia, especialmente na região onde atua, bem como para a proposição de modelos capazes de promover a bioeconomia inclusiva”.

Por fim, a coordenadora-geral de bioeconomia florestal do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), acredita na criação do programa federal como um forte aliado no combate ao desmatamento no Brasil. “A criação de um programa de apoio ao manejo florestal comunitário e familiar é mencionado como uma linha de ação no documento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Entendemos que promover ações de uso da floresta de modo sustentável, inclusivo e justo, evita o desmatamento, valoriza a floresta e seus povos. Isso é parte chave da bioeconomia da floresta”.





OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

CONTATOS

 (91) 99349-0708

 observatoriomfcf@gmail.com

VISITE

 www.observatoriomfcf.org.br